



Comunicado de Imprensa, 2.10.2002

Governo reitera apoio às Energia Renováveis

Edifícios amigos do ambiente vão ser premiados

No âmbito do Programa para a Eficiência Energética dos Edifícios(P3E), o Ministério da Economia (através da Direcção Geral de Energia e do POE) vai organizar em 2003 um Prémio Nacional para o Edifício Eficiente (Prémio EEE) e um outro para Edifícios Solares Passivos (Prémio ESP).

No discurso lido em nome da Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia, a Chefe de Gabinete, Dr^a Luísa Branco, no encerramento do XI Congresso Ibérico de Energia Solar, o Governo reafirmou estar plenamente empenhado em cumprir o compromisso que garante que 39 por cento do consumo bruto de energia eléctrica, previsto para 2010 provenha do recurso a fontes renováveis. **Portugal não é excepção**, disse.

E acrescentou que, o Programa para a Eficiência Energética dos Edifícios promovido pelo Ministério da Economia e pela DGE, é o instrumento que visa, do lado da procura, torná-la mais eficiente nos sectores residencial e de serviços onde o aumento tem sido particularmente acentuado. Daí a revisão da regulamentação térmica no sentido da maior qualidade e a introdução, inovadora em Portugal, da **certificação energética de edifícios**.

Autarquias, actores de primeira grandeza

A fraca qualidade da construção no País contribui largamente para a ineficiência energética com enorme impacte no balanço energético nacional. Um dos resultados está à vista e traduz-se num crescimento acentuado do consumo de energia eléctrica no Verão, associado ao crescente uso de sistemas convencionais de ar condicionado. O pico de consumo de Verão aproxima-se perigosamente do pico de Inverno e tem mesmo tendência a ultrapassá-lo.

Daí a importância da Certificação Energética de Edifícios que contribuirá para que logo na construção, pelos materiais, sistemas activos e passivos de climatização e de iluminação natural se consiga inverter esta situação. Citando o Prof. Oliveira Fernandes, presidente do conselho científico do Congresso, “é imperioso o envolvimento das autarquias, que neste processo, são actores de primeira grandeza, para o melhor e para o pior”.

As Iniciativas Públicas “Água Quente Solar para Portugal” (IP-AQSpP) e “Programa para a Eficiência Energética dos Edifícios” (P3E) são financiadas pelo Programa Operacional da Economia (POE), através da Medida 2.1 – Apoiar Actividades e Produtos de Dimensão Estratégica e pelo Programa Fundo Social Europeu (FSE), através da Medida 2.3 – Apoio para a Qualificação de Recursos Humanos.